

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

Caroline dos Santos Alves

Mensuração e evidenciação de ativos intangíveis nas demonstrações contábeis: um estudo de caso em um clube de futebol

Trabalho de Conclusão de Curso em cumprimento às exigências do Curso de Ciências Contábeis e Atuariais para a obtenção do diploma de graduação.

Orientadora: Simone Letícia Raimundini
Co-orientador: Ariel Behr

PORTO ALEGRE
2010

Mensuração e evidenciação de ativos intangíveis nas demonstrações contábeis: um estudo de caso em um clube de futebol

RESUMO

O presente artigo trata de ativos intangíveis, o crescimento da sua importância no cenário atual e o seu reconhecimento nas demonstrações contábeis das entidades, na busca por uma maior transparência nas informações. Para isso, buscamos mostrar o que a legislação vigente e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis definem como ativos intangíveis, e o critério para reconhecimento e mensuração. Trazemos um exemplo de uma entidade desportiva, entidade que tem o seu valor formado por atletas, recurso humano - intangível. Com esse exemplo, vamos mostrar como a entidade vem evidenciando seu ativo intangível nas demonstrações contábeis e se elas estão de fato de acordo com as normas vigentes.

Palavras-Chave: Ativos intangíveis, reconhecimento, recurso humano, atletas.

1. INTRODUÇÃO

Os ativos intangíveis acentuam seu importante papel no atual cenário econômico, onde os mercados são globalizados e a competição entre as empresas se dá em nível internacional. Neste ambiente, é condição ao crescimento das empresas a busca por novos benefícios para seus clientes e colaboradores. Coelho e Lins (2010, p. 66) afirmam “a competitividade acirrada faz com que haja uma busca pela primazia de ser o melhor, ou o primeiro a oferecer determinado benefício”. No entanto, muitos desses benefícios não estão visíveis, pois são imateriais, e muitas vezes estão implícitos nos produtos e serviços gerados pela atividade empresarial. Esse benefício é o recurso intangível, e devido a sua subjetividade, muitas vezes não é quantificado.

Hatfield (apud Schmidt et al., 2006) antecipou a ideia do declínio do valor dos serviços dos ativos fixos ao longo do tempo e, por isso, foi um dos pioneiros a desenvolver uma fórmula para quantificar ativos intangíveis. Corroborando com esta ideia da perda de valor dos ativos tangíveis, Coelho e Lins (2010) também afirmam que antes era possível olhar um ativo tangível e entender sua composição e funcionamento, porém hoje isso já não é mais possível, pois os equipamentos estão carregados de conteúdo intangível, que representa grande parte do valor de um produto ou serviço. Sendo assim, a relevância que os ativos

intangíveis têm adquirido torna sua avaliação cada vez mais importante para que se conheça o verdadeiro valor de uma empresa.

São objetos claros deste tipo de dificuldade os clubes de futebol, que são entidades que movimentam um grande volume de receitas, as quais são provenientes da negociação de jogadores, recurso intangível, e que compõem seu patrimônio. Segundo Silva et al. (2009), no ano de 2007, o futebol brasileiro atingiu o montante de R\$ 1,34 bilhão em receitas, apresentando um aumento de 36,33% em relação a 2006. Esses valores tendem a aumentar ainda mais, tendo em vista o elevado valor que muitos atletas (recurso intangível) estão sendo negociados. Bastos et al. (2005) dizem que “o futebol deixou de ser apenas uma atividade de mero entretenimento para uma atividade com finalidades econômicas”, e dessa forma, é de grande importância que essas empresas tenham em suas demonstrações contábeis as informações necessárias para auxiliar os processos de tomada de decisão.

Neste contexto, observa-se a importância do reconhecimento dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis das empresas, tanto que este reconhecimento foi alvo das alterações propostas pela Lei 11.638/07, ao reconhecer o grupo “Intangível”, mostrando a evolução no conceito, que converge no sentido de harmonizar as práticas brasileiras às demonstrações contábeis internacionais, propiciando uma melhor comparação e avaliação das empresas. Contudo, a Lei restringe a utilização deste grupo contábil, devido à dificuldade de quantificação de diversos intangíveis, uma vez que muitos deles possuem aspectos subjetivos, prejudiciais à mensuração de forma precisa e confiável.

Ciente dessas dificuldades na mensuração dos ativos intangíveis, de seu impacto nas demonstrações contábeis de empresas que têm a sua principal atividade dependendo desses ativos e, considerando os métodos utilizados para reconhecer os ativos intangíveis; este trabalho procura responder à seguinte questão de pesquisa: *Como reconhecer e evidenciar os ativos intangíveis em um time de futebol profissional brasileiro?*

Para tanto, o presente trabalho tem como objetivo geral identificar as práticas de reconhecimento e evidenciação de ativos intangíveis em um time de futebol brasileiro. Para atingir este objetivo geral, atentaremos aos seguintes objetivos específicos: apresentar os ativos intangíveis e sua importância no contexto atual; abordar técnicas de reconhecimento de ativos intangíveis; comparar os resultados encontrados com os Procedimentos Contábeis vigentes, quanto ao reconhecimento, mensuração e evidenciação de ativos intangíveis passíveis de contabilização; e evidenciar qual o impacto nas demonstrações contábeis da avaliação de ativos intangíveis.

Segundo Antunes et al. (2007) muitas das informações retiradas das demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com a regulamentação em vigor, não contemplam diversos ativos intangíveis, ou somente os contemplam quando da aquisição deles por terceiros, na forma do *goodwill* adquirido. Nesse contexto, há a necessidade que a contabilidade encontre formas específicas de reconhecer, avaliar e mensurar os ativos intangíveis por ela controlados. Pois, para Antunes e Martins (2002) os recursos intangíveis fazem parte do mundo empresarial e o seu gerenciamento é indispensável para a continuidade das empresas. Hoss et al. (2010, p. 1) concordam com esse pensamento dizendo “os ativos intangíveis são a fonte de vantagens sustentáveis. A agregação de valor pode e deve ser medida propiciando condições de negociação com financiadores, além de atrair recursos de investidores”. Portanto, esse trabalho justifica-se, pois é de suma importância que a contabilidade demonstre as informações sobre os ativos intangíveis, para uma melhor gestão da entidade. Sendo assim, visamos apresentar a forma que um clube de futebol profissional evidencia seus ativos intangíveis e a qualidade de tal informação nas demonstrações contábeis. Para tanto, dividimos este trabalho em cinco seções, sendo nesta primeira introduzido o tema, na segunda revisto o referencial teórico, na terceira descrito o método de pesquisa, na quarta apresentados e discutidos os resultados encontrados, e por fim, na última seção, realizadas as considerações finais da pesquisa.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção serão apresentadas as principais referências que guiam esta pesquisa, bem como o entendimento da autora deste trabalho acerca da legislação pertinente.

2.1. DEFINIÇÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS

Na tentativa de buscar o real valor das empresas, os ativos intangíveis têm conseguido maior destaque no mundo dos negócios. Porém achar uma definição de ativo intangível é uma tarefa complexa, principalmente, segundo Schmidt et al. (2010, p. 2) “devido às incertezas a respeito da mensuração de seus valores e de sua vida útil”.

Para Hoss et al. (2010) ativos intangíveis são bens que não podem ser tocados porque não tem corpo. Apesar de não possuírem corpo, Hendriksen e Van Breda (1999) dizem que para reconhecer um ativo intangível, ele deve primeiramente se enquadrar segundo as

definições de ativo tangível, as quais, segundo Hill (apud Santos et al., 2007) são: ser objeto sobre o qual os direitos de propriedade podem ser estabelecidos e dos quais derivam benefícios aos seus proprietários.

Para Schmidt et al. (2009), uma das características dos ativos intangíveis é não possuir dimensões físicas no espaço, ou seja, não são palpáveis; porém, há vários ativos que carecem de substância física e que não são considerados como se intangíveis fossem, como, por exemplo, as despesas antecipadas, considerada como recurso tangível. Por fim, Santos et al. (2007) definem ativo intangível como sendo os recursos incorpóreos que são controlados pela empresa e que são capazes de produzir benefícios futuros. Apesar da definição, os ativos intangíveis são de difícil de identificação, pois muitas vezes não são gerados por si próprios, mas em conjunto com outros ativos que também contribuem para a criação de valor dentro da empresa, tornando sua mensuração mais difícil.

Segundo Hall (apud Santos et al., 2006) os ativos intangíveis apresentam uma relação detalhada das possíveis fontes de geração de recursos intangíveis, em sua maioria ativos, afirmando que “os recursos intangíveis provêm de direitos de propriedade intelectual, contratos, segredos de comercialização, recursos objetivos de know-how, redes, cultura organizacional, reputação e produto da companhia”. Dessa forma, os ativos intangíveis podem ser criados a partir dessas fontes, bem como através de sua combinação.

A competitividade está cada vez mais acirrada no ambiente globalizado. A busca de mercados faz com que as empresas precisem estar em constante processo de desenvolvimento na busca de inovações, a fim de se tornarem os primeiros a oferecer determinado produto ou serviço para seus clientes.

2.2. EVIDENCIAÇÃO DOS ATIVOS

A fim de se diferenciarem de seus concorrentes e se destacarem no mercado competitivo, surge o ativo intangível, um ativo singular, responsável por oferecer determinado benefício para quem o possui, tornando-se um diferencial que garante certo status para a organização (COELHO E LINS, 2010). Segundo Perez e Famá (2006) as empresas buscam novas formas de geração de valor, procurando a melhor interação entre ativos tangíveis e intangíveis. Coelho e Lins (2010) corroboram com a idéia de relevância e interação entre esses ativos, dizendo que antes era possível identificar uma empresa de grande porte pelo número de empregados que ela possuía, hoje isso não é mais possível, pois o recurso

intangível se torna cada vez mais importante, sendo responsável pelo aumento do valor em muitas organizações.

Para Hoss et al. (2010) no ambiente competitivo, os ativos intangíveis são a fonte de vantagens sustentáveis, as quais, haja vista a sua crescente relevância, são elementos que representam o seu desempenho e continuidade. Isso porque o recurso intangível é uma fonte de informação estratégica, que deve ser utilizada para a tomada de decisão e para o crescimento e evolução da companhia. Hoss et al. (2010) afirmam que a vantagem sustentável está na agregação de valor, suportada pelo ativo intangível, e que deve ser medida, propiciando condições de negociação com financiadores e também atraindo recurso dos investidores.

Dada a sua relevância para promover um diferencial competitivo e agregar valor para a empresa e, assim para seus investidores, Queiroz (apud Antunes et al., 2007) considera que existe uma percepção no mercado de que as finanças corporativas serão regidas por novos paradigmas e as companhias que evidenciarem seus ativos intangíveis serão mais valorizadas.

Em estudo sobre a divulgação das informações sobre ativos intangíveis, Antunes et al. (2007) concluem que

são escassas as fontes de informação sobre o assunto e que a falta de uma regulamentação específica sobre a sua divulgação, mesmo como informação adicional, faz com que analistas tenham que percorrer várias fontes a fim de obter informações sobre ativos intangíveis.

Apesar do papel importante que os ativos intangíveis têm assumido para as empresas no seu desenvolvimento e perenidade, a maioria das organizações não divulga informações sobre tais ativos. Tal escassez de informação ocorre devido à complexidade de mensurar um ativo intangível, pois são bens incorpóreos e são altamente subjetivos. E devido a falta de um método que seja aceito em consenso geral, muitos ativos são não retratados no ativo e são omitidos das demonstrações contábeis, o que, segundo Hoss et al. (2010) provoca um lapso na fonte de informação empresarial.

Nesse contexto, surge o questionamento sobre qual a função das demonstrações contábeis. Para Colauto et al. (2009) as demonstrações contábeis materializam a teoria do conhecimento comum, onde a informação está disponível para todos, visando a redução de conflitos, que possam surgir entre os agentes. E sendo os ativos intangíveis, muitas vezes, responsáveis pela agregação de valor para as empresas, a sua divulgação deve ser incentivada, a fim de que tanto usuários internos e externos das informações geradas pela contabilidade possam tomar a decisão.

Porém, segundo Colauto et al. (2009) o processo de avaliação de ativos intangíveis, para evidenciá-los nas demonstrações contábeis, carece de uma metodologia praticável pelas empresas, pois muitas delas ainda geram dúvidas, e não há como indicar qual é a correta. Para Silveira et al. (2009) há apenas métodos que apresentam menos desvantagens na aplicação, ou ainda aqueles que reúnem as maiores vantagens. Ainda destacam que como vantagens da mensuração há a diminuição da distorção entre o valor de mercado e o valor patrimonial de uma empresa; e como desvantagem a distorção de informações que pode gerar expectativas falsas.

Devido a dificuldade de avaliação, um dos instrumentos utilizados pelas companhias para divulgar informações sobre ativos intangíveis é o Relatório de Administração, que segundo Colauto et al. (2009) evidenciam as estratégias adotadas durante o exercício e também os negócios sociais e principais fatos administrativos ocorridos, além de investimentos.

2.3. NORMAS BRASILEIRAS RELATIVAS A ATIVOS INTANGÍVEIS

Levando em consideração a importância assumida pelos ativos intangíveis e visando maior transparência nas demonstrações contábeis e harmonização de acordo com as normas internacionais de contabilidade, a Lei 11.638/07 trouxe uma nova redação para a Lei 6404/76 e inseriu o grupo de Ativos Intangíveis nas demonstrações contábeis, onde serão registrados, conforme o Art.179, VI: no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

A Lei 11.638/07 tornou o processo de normatização contábil centralizado no Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), validando a adoção das regras contábeis que este emitir. É no CPC 04, baseado na norma internacional IAS 38, que os ativos intangíveis são abordados. O CPC 04 tem como objetivo

Definir o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outro Pronunciamento. Este Pronunciamento estabelece que uma entidade deve reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios especificados neste Pronunciamento forem atendidos. O Pronunciamento também especifica como mensurar o valor contábil dos ativos intangíveis, exigindo divulgações específicas sobre esses ativos.

O CPC 04, trás como definição para ativo intangível uma característica a mais além do controle e benefícios futuros citados por Santos et al.(2007), que é a identificação: “a definição de ativo intangível requer que ele seja identificável, para diferenciá-lo do ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*)”.

Conforme o CPC 04, o critério de identificação será satisfeito quando o ativo intangível: (a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou (b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Com relação ao controle sobre o ativo intangível, o CPC 04 explicita que

a entidade controla um ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios. Normalmente, a capacidade da entidade de controlar os benefícios econômicos futuros de ativo intangível advém de direitos legais que possam ser exercidos num tribunal.

E os benefícios econômicos futuros

gerados por ativo intangível podem incluir a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade. Por exemplo, o uso da propriedade intelectual em um processo de produção pode reduzir os custos de produção futuros em vez de aumentar as receitas futuras.

No que se refere à evidenciação dos ativos intangíveis, ainda não há uma forma de mensuração única ou uniforme para a avaliação dos mesmos, há sim diversas abordagens de mensuração que reúnem ou menos benefícios ou mais benefícios. Coulauto et al. (2009) dizem que o processo de avaliação de ativos intangíveis gera dúvidas quanto a praticabilidade das metodologias sugeridas pelas bibliografias pertinentes devido a grande subjetividade que envolve esses ativos.

Apesar da relevância que o recurso intangível tem assumido, ele não é, muitas vezes, mensurado nas demonstrações contábeis das empresas por restrições legais e contábeis (HOSS et al. 2010). Com isso, os relatórios financeiros fornecidos pela contabilidade acabam por não retratar a realidade das empresas. Antunes e Martins (2002) dizem que há uma falha na contabilidade em lidar com os novos valores da sociedade; por isso, é preciso que se encontre uma forma de evidenciar ativos tão relevantes para as empresas.

Desde a década de 1980, os ativos intangíveis despertaram o interesse dos estudiosos da contabilidade, e o desenvolvimento de estudos científicos sobre esse assunto continua e as

incertezas com relação à mensuração dos ativos intangíveis se mantêm. Segundo Colauto et al. (2009) as especificidades que envolvem os ativos intangíveis e seus meios de expressão ainda não possuem uma aceitação geral pela comunidade científica. Apesar disso, as empresas têm buscado formas de evidenciar esses ativos em suas demonstrações, visando tornar as suas demonstrações contábeis mais próximas do valor real da empresa de forma transparente e confiável.

As normas surgem para atender às exigências dos *stakeholders* por informações transparentes e de qualidade, que possam ser passíveis de comparação e sejam eficientes para a tomada de decisão. Por isso, a contabilidade, vista como a linguagem dos negócios e principal fonte de informações econômico-financeiras (NIYAMA, 2005), deve atender tais exigências. O CPC 04 visa esclarecer definições sobre ativos intangíveis e incentivar sua evidenciação nas demonstrações contábeis a fim de fazer com que as demonstrações contábeis se aproximem cada vez mais do valor real da empresa.

2.4. ATIVOS INTANGÍVEIS E CLUBES DE FUTEBOL

Clubes de futebol são empresas que movimentam grandes valores, maior parte deles provenientes de recursos intangíveis, que são os atletas e suas habilidades. Segundo Bastos et al. (2005) os atletas são cada vez mais importantes para o patrimônio dos clubes, devido as altas cifras envolvidas nas negociações.

Antes o futebol era visto como uma forma de entretenimento e sua principal fonte de renda era proveniente da venda dos ingressos para as partidas. Porém, atualmente, há outras fontes de recursos, tendo em vista que se adquire receitas também através da venda do direito de transmissão das partidas, dos patrocinadores que querem expor suas marcas, e também querem utilizar a imagem do time e dos jogadores para vender seus produtos, mas a principal fonte de receita ainda é aquela proveniente das negociações de jogadores. Segundo Romão e Castellar (apud Custódio e Rezende, 2009) as receitas dos clubes, individualmente, ultrapassaram a receita total de R\$11 milhões em 2007, e que, totalizando os 21 clubes, arrecadou R\$ 1,34 bilhões de reais, o que para Custódio e Rezende (2009) demonstra o motivo pelo qual os clubes brasileiros têm sido alvo de investidores interessados em explorar economicamente o futebol brasileiro.

Nesse contexto, o esporte deixa de ser visto apenas como uma forma de entretenimento e se torna uma forma de investimento. E como todo investimento, é importante que se tenha

relatórios econômicos e financeiros adequados para a tomada de decisão, tanto que Silva et al. (2009) afirmam “cada vez mais se busca informação sobre a gestão das entidades desportivas, sejam elas informações de responsabilidade social, gestão administrativa ou, principalmente, informações sobre a gestão de recursos financeiros”. A importância de uma gestão transparente dos clubes de futebol visa evitar problemas de endividamento excessivo, falta de controle financeiro e práticas inadequadas de governança corporativa (Silva et al. 2009).

Tentando buscar uma padronização das demonstrações contábeis e maior transparência nas informações, a Lei 9.615 implementou o conceito de clube empresa, onde, conforme o artigo 27 , parágrafo 9º, é facultado às entidades profissionais constituírem sociedade empresária, segundo os tipos regulados nos artigos 1.039 a 1092 da Lei 10.406/02 (Silva et al. 2009). Ainda assim, a gestão dos clubes é feita de forma a se atingir objetivos de curto prazo, onde segundo Leoncini (apud Custódio e Rezende, 2009) “os dirigente dos clubes brasileiros, em sua maioria, agem segundo motivações pessoais, em prejuízo aos clubes”, mostrando que questões pessoais podem interferir na gestão do clube e interferir na sua continuidade.

Anteriormente não havia uma uniformidade nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol, onde os atletas eram classificados por alguns clubes como ativo realizável a longo prazo e em outros como ativo intangível (Szuster apud Silva et al. 2009). Dessa forma não havia uma padronização e, conseqüentemente, as comparações entre os diversos clubes ficavam comprometidas. Porém, após denúncias de irregularidades sobre sonegação de impostos, não pagamento de salários, corrupção e lavagem de dinheiro, a Lei 10.672, em 15 de maio de 2003 entra em vigor, destacando princípios a serem observados pelas entidades desportivas, entre eles a transparência financeira e administrativa. Para tanto a lei diz que as entidades devem elaborar suas demonstrações financeiras na forma da Lei 6.404/76 e que as mesmas devem ser auditadas (SILVA et al., 2009).

Após, visando uma maior uniformidade nas demonstrações contábeis aplicadas às entidades desportivas, o CFC criou em 2004 a NBC T 10.13, que entrou em vigor em janeiro de 2005, e que trata unicamente de normas aplicáveis às sociedades desportivas (clubes). A norma estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro e de estruturação das demonstrações contábeis das entidades de futebol profissional e demais práticas desportivas profissionais. A norma também explicita que o direito de exploração da atividade profissional de um atleta, por compra, cessão de direitos contratuais ou por formação na entidade é um ativo intangível e que não pode ser objeto de reavaliação.

Em pesquisa realizada por Rezende et al., em 2008 (apud Custódio e Rezende, 2009) utilizando 70 demonstrações contábeis de clubes de futebol brasileiros no período de 2001 a

2007, comprovou que após a publicação da NBC T 10.13, diminuiu a disparidade de tratamentos contábeis adotados principalmente com relação aos gastos com contratação e formação de atletas.

Os atletas se enquadram no conceito de ativo intangível, onde eles representam o capital humano, considerado um dos principais fatores de vantagens competitivas para as empresas, e se enquadram no conceito proposto pelo CPC 04, onde o atleta é reconhecido como um recurso identificável e controlado, em virtude do contrato que possui junto ao clube em que atua, o qual se espera que trará benefícios econômicos futuros devido ao seu bom desempenho na equipe, e que contribuam para aumentar os fluxos de caixa futuros do clube e os seus rendimentos (CRUZ et al., 2010). Diferentemente do capital humano representado pelos funcionários de uma empresa, por exemplo, o clube de futebol detém o direito legal para reter o funcionário e registrá-lo em suas demonstrações contábeis. No caso do funcionário, como citam Rezende et al. (2010) esse pode entregar sua carta de demissão a qualquer momento, desligando-se da empresa, por isso não poderia ser registrado contabilmente.

Dentro desse contexto, o maior questionamento está em relação à contabilização dos jogadores formados internamente, e como reconhecer seus custos de formação e identificar quais custos podem ser reconhecidos e divulgados no balanço patrimonial para determinar o real valor do jogador. Para um melhor reconhecimento, Cruz et al. (2010) compara a contabilização do jogador formado internamente com a fase de pesquisa e desenvolvimento, onde a fase de pesquisa passaria para a de desenvolvimento a partir da assinatura de um contrato de formação ou profissional, reconhecendo o jogador e sua capacidade de obter benefícios econômicos futuros e contabilizando seus custos de formação.

A formação corresponde ao processo que visa desenvolver o potencial, o conhecimento e capacidade dos jogadores, porém os gastos com a formação dos jogadores variam de clube para clube, devido às particularidades e a subjetividade envolvida no reconhecimento dos mesmos. Segundo Cruz et al. (2010) tanto os jogadores formados internamente como aqueles cujos direitos desportivos são adquiridos por meio de transações entre os clubes devem ser registrados na contabilidade, a diferença é, todavia, que os direitos desportivos sobre os jogadores formados internamente muitas vezes não são reconhecidos no balanço, ao contrário dos direitos relativos aos jogadores adquiridos a terceiros por meio de transferências e transações, cujo custo de aquisição é facilmente identificável.

Michie e Verna (apud Rezende et al., 2010) apresentam como método de avaliação para jogadores de futebol o valor de reposição, equivalente a contabilizar a quantia necessária para a substituição do jogador no mercado. Porém, esse método é bastante subjetivo, já que o valor

referente à reposição do jogador só será conhecido quando houver sua negociação de fato. Cruz et al. (2010) propõe um modelo de valorização para o jogador formado internamente, utilizando o método dos centros de custo, porque este permite que sejam acumulados somente os custos necessários na formação do jogador:

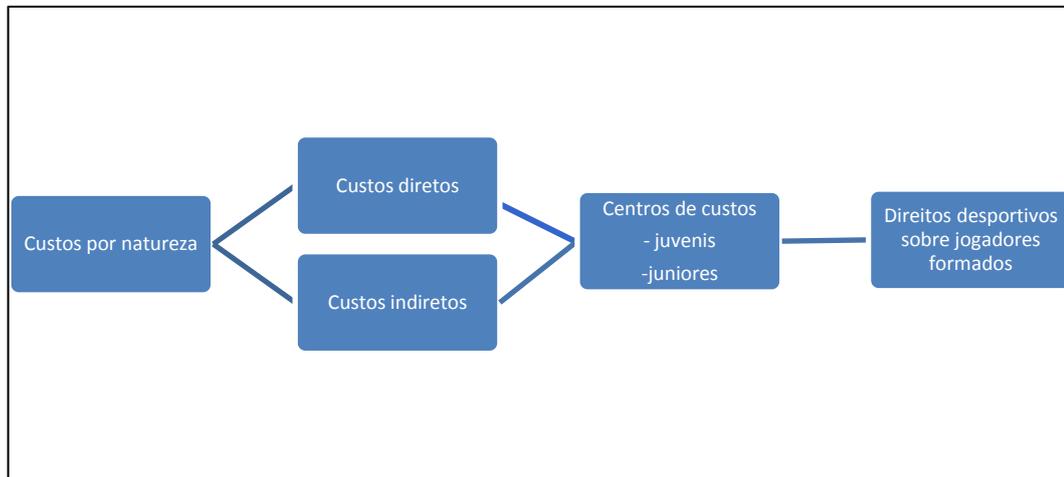


Figura 01: Etapas da valorização do direito desportivo do jogador formado internamente, através da aplicação do método dos centros de custo

Fonte: Adaptado de Cruz (2006 apud Cruz et al, 2010)

Para Cruz (2010) a partir do momento que o jogador já pode firmar um contrato profissional e entrar na categoria juvenil ou juniores, seus custos de formação já poderão ser capitalizados. Os gastos anteriores a essa fase não são capitalizados, sendo, portanto, reconhecidos como despesas do período, pois ainda não é possível se esperar benefícios econômicos futuros do atleta, o que só é confirmado através da celebração do contrato profissional entre o clube e o jogador. A partir desse ponto então, os custos de formação devem ser capitalizados em diretos e indiretos para cada jogador formado internamente.

Segundo Cruz et al. (2010) existem três formas para saber o montante acumulado pelo jogador: 1) imputar ao direito desportivo apenas a fração do custo total que corresponde ao formando; 2) imputar ao direito desportivo a totalidade do custo apurado na categoria a que o formando pertenceu; 3) imputar ao direito desportivo uma proporção do custo total apurado na categoria a que o formando pertenceu durante a época desportiva. Sendo que o autor defende que, por se tratar de um esporte coletivo, a totalidade dos custos deve ser contabilizada, pois afirma “só considerando o grupo é possível atender aspectos comportamentais na formação do jogador. Com efeito, o comportamento do desportista pode ser visto como variável decisiva no sucesso profissional [...]”. Logo, somente em função do coletivo em que atua é que o jogador profissional conseguirá destaque e, por isso, os custos

totais devem ser reconhecidos como custo de formação do atleta e, caso dois ou mais jogadores se tornarem profissionais, os custos totais deverão ser repartidos em partes iguais para ambos, sendo que se em algum momento os custos superarem a expectativa de rentabilidade futura, deverá ser feito o teste de recuperabilidade dos ativos.

Em estudo, Custódio e Rezende (2010) buscaram analisar a adequação de onze clubes brasileiros da primeira divisão do Campeonato Brasileiro do ano de 2007, onde, com relação a jogadores formados internamente buscou-se evidenciar os seguintes aspectos:

Aspecto estudado: Tratamento previsto pela norma NBC 10.13	
Gastos com atletas em formação	Registro em conta específica do imobilizado (custo como base de valor)
	Transferência para conta específica do imobilizado quando da profissionalização do atleta
	Evidenciação das transferências para o imobilizado e baixas (atletas dispensados) em notas explicativas

Quadro 01: Gastos com atletas em formação
Fonte: Adaptado de Custódio e Rezende (2009)

Com relação a esse estudo, Custódio e Rezende (2009) concluem dizendo que:

muito embora tenha havido um esforço dos agentes normativos para padronizar as informações contábeis dos clubes, prevalece a diversidade de tratamentos contábeis para eventos semelhantes entre as entidades.

Isso mostra que ainda não há a transparência necessária e a comparabilidade entre as entidades, visto que muitas informações não são detalhadas da forma que a norma explicita. Após a pesquisa teórica, vamos apresentar os resultados encontrados em um clube de futebol brasileiro.

3. MÉTODO DE PESQUISA

Para este estudo, o clube de futebol escolhido foi o Grêmio Foot-ball Porto Alegre, fundado em 1903 e que no ano de 2009 já contava com 53 mil sócios (Futebol Finance, 2009). No ano de 2008 o clube obteve uma receita de R\$ 99.038,00, contabilizando a sexta maior receita no ano dentre os clubes brasileiros. O clube se encontra na primeira colocação do ranking nacional de clubes da CBF devido ao grande número de títulos brasileiros conquistados ao longo do tempo.

Este trabalho, segundo Gil (apud Raupp e Beuren, 2006, p. 81) se enquadra no conceito de pesquisa descritiva, que tem como principal objetivo “*descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis*”. A

análise descritiva vai observar os fatos, registrá-los e analisá-los para que se possa relatar os fenômenos e compará-los.

A pesquisa descritiva pode assumir diversas formas sendo uma delas o Estudo de Caso que, segundo Cervo et al. (2007, p. 62) “*é a pesquisa sobre determinado indivíduo, família, grupo ou comunidade que seja representativo de seu universo, para examinar aspectos variados de sua vida*”.

A fase de coleta de dados será subsidiada por duas técnicas: a análise documental e a entrevista semi-estruturada. Na fase de análise documental serão verificadas as demonstrações contábeis publicadas pelo Grêmio. A fase de entrevista, conforme Cervo et al. (2007), irá fornecer as informações que não foram encontradas em registros e fontes documentais e que podem ser fornecidas por certas pessoas. Portanto, esta técnica de coleta será desenvolvida quando as informações já adquiridas por meio documental necessitarem de complementação.

Optou-se pela entrevista semi-estruturada para que não ficássemos restritos a respostas pré-concebidas, e esta será conduzida junto ao contador responsável pelas demonstrações contábeis do Grêmio Foot-ball Porto Alegre, onde serão questionadas as normas que são utilizadas para a mensuração dos atletas, sobre como é realizada alocação dos custos de formação para os atletas profissionais formados pelas categorias de base e os atletas em formação, se as normas estão sendo de fato seguidas e qual a importância da evidenciação de tais informações para a gestão do clube e para os demais interessados. A seguir, no Quadro 02, é apresentada a pauta do roteiro utilizado.

1. A NBC T 10.13
2. Direitos sobre os atletas em formação
2.1. Registro
2.2. Composição dos gastos por tipo
2.3. Composição dos gastos por categorias
2.4. Controle dos gastos
3. Transferência do atleta formado, quando da sua profissionalização
3.1. Custos contidos
3.2. Baixas e transferência
3.3. Segregação dos jogadores
4. Notas explicativas
5. Teste de recuperabilidade de ativos intangíveis

Quadro 02: Pauta do roteiro de entrevista com contador do Grêmio Foot-ball Porto Alegre
Fonte: Elaborado pela autora

Para a análise dos dados coletados, a técnica a ser utilizada será a análise de conteúdo documental e entrevista semi-estruturada.

Para análise dos dados coletados será utilizada a análise de conteúdo (BARDIN, 2002), de forma qualitativa, a qual proporciona aprofundamento das questões levantadas, devido à maior riqueza de dados, facilitando o desenvolvimento da compreensão dos fenômenos evidenciados na pesquisa.

4. RESULTADOS

Estando ciente da existência da norma e suas exigências, vamos evidenciar como o Grêmio Foot-ball Porto Alegrense apresenta suas demonstrações contábeis, salientando os pontos que estão de acordo com a norma e os que divergem em relação à mesma, principalmente em relação ao reconhecimento do atleta em formação e aos seus custos. Para isso entrevistamos o Contador do Grêmio, Paulo Salermo, que comentou sobre a introdução da NBC T 10.13 e alguns procedimentos praticados pelo Grêmio.

A NBC T 10.13, que entrou em vigor em 2005, surgiu para padronizar o tratamento contábil aplicável sobre as entidades desportivas, pois antes dessa data não havia uma uniformidade de tratamento contábil. Segundo o Salermo, *“só em 2005 é que, em função do conhecimento e da discussão que começou a ocorrer sobre o investimento que os clubes fazem massivamente na categoria de base, e utilizando isso como um ativo intangível efetivamente, o Conselho federal resolveu criar uma norma”*, para que assim os clubes de futebol brasileiros tivessem seus registros contábeis padronizados. Porém, após 2005, ainda percebe-se que há certa disparidade em relação ao tratamento contábil em determinados aspectos da norma, sendo que uma delas está em relação ao reconhecimento do atleta em formação e a sua transferência quando profissionalizado. Alguns clubes entendem que o atleta em formação é aquele que ainda não assinou um contrato profissional e, para o contador do Grêmio,

o atleta em formação se encontra em formação até o momento em que ele não seja entregue ao departamento de futebol profissional, que vá disputar as competições pelo clube, [...] se ele assinar ou não assinar o contrato profissional, não é o que determina estar ou não estar em formação.

Portanto, independente da assinatura do contrato profissional, o atleta em formação será contabilizado conforme o custo incorrido da sua formação. Segundo Salermo, o contrato é *“uma obrigatoriedade pro clube, porque se o clube não fizer o contrato com este atleta, ele*

perde o atleta [...] Esse contrato, com 16 anos, o primeiro para ser feito, ele dá uma garantia pro clube de vínculo com esse atleta”. Então, no entendimento do Grêmio Foot-ball Porto Alegrense, o contrato é uma mera formalidade, e o atleta em formação só deixa de estar em processo de formação quando ele passar para o time profissional e assim começar a gerar receita para o clube.

Até o momento da transferência do atleta formado internamente para a categoria profissional, o atleta em formação será contabilizado pelo custo, onde, segundo a NBC T 10.13.2.3 todos os gastos diretamente ligados a formação devem ser registrados, e isso é feito com o auxílio de registros de custos auxiliares.

Segundo Paulo Salermo, *“o clube investe entorno de 8 milhões de reais na formação de atletas, onde a maior parte desse valor é contabilizado como custo indireto e é rateado, então todos eles (atletas) levam a princípio o rateio de custo pelos mesmos valores, diferenciados por categorias”.*

Seguindo o que a norma exige no item 10.13.3.1, o clube faz o rateio dos custos segregando-os por tipo, por categoria e individualmente. Os valores dos custos referentes a atletas que se desligaram do clube, são levados à resultado, como despesa do exercício. Através desse controle, é que se saberá o valor que o atleta formado internamente será avaliado quando estiver apto a passar para a categoria profissional será registrado em outra categoria, como afirma Paulo Salermo *“quando ele tiver já 18, 19, e for passar para o profissional, ele trás todo aquele custo histórico e ele vai ser transferido pra outro nível de ativo intangível que seria “profissionais”, aí, com o acúmulo daquele custo que ele trouxe agregado na formação”.* Esse entendimento é divergente do apresentado por Cruz (2010) que diz que a totalidade de custos incorridos no período deve ser contabilizada para valorar o atleta formado internamente, quando da sua profissionalização, visto que é um esporte coletivo. Para Paulo Salermo, *“o critério (custos totais) fica aleatório demais; tu pegar o custo dos demais que, por exemplo, vinham sendo formados e foram dispensados, e jogar aquele bolo todo (no custo dos atletas remanescentes) e não jogar a resultado”.*

Seguindo as exigências da norma, o Grêmio segrega em seu balanço patrimonial os atletas profissionais formados internamente dos demais atletas adquiridos, calculando as amortizações, baseando-se nas datas de vencimento dos contratos dos atletas, como pode ser observado na Figura 02.

7. INTANGÍVEL:		2009	2008			
Direitos sobre atletas profissionais		14.151	8.827			
Direitos sobre atletas em formação		16.285	15.700			
Marca		36.554	36.554			
		<u>66.990</u>	<u>61.081</u>			
7.1. DIREITOS SOBRE ATLETAS PROFISSIONAIS						
Os direitos econômicos baseados nos vínculos de atletas profissionais adquiridos e/ou formados pelo clube têm a seguinte composição:						
		2009	2008			
	Custo Apurado	Amortizações acumuladas	Saldo Líquido	Saldo Líquido		
Atletas adquiridos	16.073	(4.938)	11.135	6.229		
Atletas formados .	<u>5.558</u>	<u>(2.542)</u>	<u>3.016</u>	<u>2.598</u>		
	<u>21.631</u>	<u>(7.480)</u>	<u>14.151</u>	<u>8.827</u>		
Em 31 de dezembro de 2009, os vencimentos dos contratos com os atletas eram os seguintes: Término dos contratos:						
	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Atletas adquiridos	329	1.826	7.727	-	1.253	11.135
Atletas formados .	<u>913</u>	<u>227</u>	<u>1.591</u>	<u>285</u>	-	<u>3.016</u>
	<u>1.242</u>	<u>2.053</u>	<u>9.318</u>	<u>285</u>	<u>1.253</u>	<u>14.151</u>
O Clube possui contrato de seguro para acidentes pessoais e invalidez de todos os atletas que compõem o grupo de profissionais.						

Figura 02: Evidenciação da composição do ativo intangível do Grêmio e da distinção entre atletas profissionais formados internamente e os adquiridos

Fonte: Demonstrações contábeis Grêmio Foot-ball Porto Alegre (2009)

O Grêmio segrega em suas demonstrações contábeis os atletas por categorias, e os mesmos são contabilizados ao valor do custo incorrido na sua formação. Porém, o clube não faz distinção dos valores que foram baixados do seu ativo, ou os que foram transferidos, como podemos ver na Figura 03.

7.2. DIREITOS SOBRE ATLETAS EM FORMAÇÃO: A composição da conta "Direitos sobre Atletas em Formação" apresenta os valores abaixo:				
Categorias	2009		2008	
	Quantidade de atletas	Saldo	Quantidade de atletas	Saldo
Júnior	44	8.657	54	7.620
Juvenil	37	5.433	54	5.783
Infantil	115	2.195	43	2.297
	<u>196</u>	<u>16.285</u>	<u>151</u>	<u>15.700</u>

Figura 03: Segregação dos custos dos atletas em formação, por categorias

Fonte: Demonstrações contábeis Grêmio Foot-Ball Porto Alegre (2009)

O fato de os jogadores formados internamente só poderem ser registrados pelo seu custo histórico pode causar uma certa distorção na avaliação do real valor do clube, pois, como afirma Salerno,

os atletas chegam no profissional apenas com o custo de formação, que é um custo na verdade nem perto do que tu podes realizar depois, porque ele é irrisório, então [...] no passivo tu jogas todas as tuas obrigações pelos valores reais, corrigidos, com todos os encargos que são passíveis de serem registrados, mas no teu ativo, tu não registras os teus ativos da mesma forma

isso visto que a legislação não permite tal avaliação, por isso, segundo Salerno, “*é comum ver times de futebol com valores no passivo maiores que no ativo*”, pois um atleta que está sendo formado e há a expectativa de rentabilidade futura, que se sabe que tem potencial, ele não pode ser registrado pelo seu valor de mercado, pois ele ainda não foi negociado, somente da efetivação da negociação é que o valor poderá ser apurado com precisão e reconhecido no balanço patrimonial.

Em relação à transferência do custo dos atletas de base que se profissionalizaram, há a transferência para conta específica do atleta profissional formado internamente, porém o clube não evidencia os valores transferidos, como confirma Salerno “*no balanço de publicação, efetivamente, a gente não coloca essa transposição de quantos atletas formados foram para a categoria profissional, a gente tem essas informações praticamente a nível gerencial*”. Somente os valores referentes às baixas é que são evidenciados nas notas explicativas. O Quadro 03 demonstra exemplo evidenciando o registro da movimentação relativa a atletas em formação e que é aplicada por alguns clubes.

Movimentação relativa a atletas em formação		
	2009	2008
Saldo Inicial	4.000.000	3.600.000
Gastos ativados	3.000.000	2.700.000
Baixa por desvinculação	-1.800.000	-2.000.000
Transferência por contratação dos atletas formados	-800.000	-900.000
Saldo Final	4.400.000	3.400.000

Quadro 03: Movimentação relativa a atletas em formação

Fonte: Elaborado pela autora

A norma exige que seja feita, pelo menos pela ocasião do encerramento do exercício o teste de recuperabilidade dos ativos, porém a norma não explicita de que forma deverá ser feito esse teste de recuperabilidade. Segundo Salerno, “*a subjetividade que paira sobre o atleta de futebol é muito grande. Para uma pessoa, aquele atleta pode ter um futuro promissor, pra outro pode ser que não*”. Por isso, o clube não possui nenhum tipo de dados oficiais ou planilhas que representem o teste, o que há é a permanência no clube ou não, conforme explica Salerno “*o teste de recuperabilidade dele (atleta) é o transpasse dele para a categoria seguinte que é a juvenil e assim sucessivamente. Se o atleta foi avaliado, por exemplo, e ele não passou nos critérios que o clube tinha pra ele [...], ele vai ser dispensado, vai ser baixado*”.

Com relação à evidenciação de informações, podemos ver que O Grêmio não abre a informação de forma individual, informando o percentual dos direitos que possui sobre o atleta e os seus custos individuais, pois segundo Salermo *“essa informação individualizada por atleta não vai(nunca vai) ver no nosso balanço; nosso balanço, a gente faz sempre por grupos fechados e a informação interna sim, à nível interno, a gente abre nos relatórios gerenciais”*, e quando questionado sobre o grau de evidenciação das informações para o usuário externo, seja ele investidor, torcedor ou sócio do clube, diz que

a configuração societária do Grêmio é formado por um número X de sócios e esses sócios elegem um conselho deliberativo de 300 pessoas que representam esse associado. Esses 300 conselheiros recebem todas as informações detalhadas ao nível que eles desejarem, então toda vez que tu fazes prestação de contas de balancetes, tu detalhas pra eles a informação da forma que eles necessitam.

Então, a informação está à disposição do associado, porém, o fato das informações ficarem restritas a um grupo, pode gerar conflitos de agência, onde o interesse dos gestores internos pode divergir do interesse dos sócios. Perguntado sobre a evidenciação dessas informações, principalmente com o objetivo de promover uma melhor qualidade das mesmas, através de uma gestão mais transparente, onde os interesses particulares dos gestores da entidade não se sobressaíam em relação aos interesses do coletivo, Paulo Salermo concorda que esse tipo de cultura ainda vai demorar a aparecer e afirma que *“cada novo presidente que assume se preocupa com a sua gestão. Ele não olha muito o clube como um todo, [...] dando atenção apenas ao que vai ser feito agora pra fazer o time, pra montar o time, pra poder ser competitivo, pra poder fazer sua história ali”*. Isso demonstra que apesar de existir uma norma, que exige um determinado grau de evidenciação, os clubes apresentam uma gestão amadora, onde muitas informações não estão disponíveis de forma transparente, são omitidas, o que pode prejudicar a continuidade da empresa. Salermo diz que é previsto em estatuto a existência de um conselho de administração, assim como um diretor presidente, ambos contratados, que são responsáveis pela gestão, porém, *“no clube não funciona assim, no clube os próprios caras que foram eleitos, eles que fazem a gestão”*.

Isso demonstra que apesar da existência de uma norma visando uma padronização das demonstrações contábeis das entidades desportivas, por se tratar de ativos tão particulares como ativos intangíveis, a legislação ainda deixa margem para avaliação de forma subjetiva, o que dificulta a comparação entre as entidades, já que cada uma tem um entendimento da norma. E como os gestores, presidentes, dessas entidades possuem gestões amadoras, preocupando-se apenas com sua administração de curto prazo, eles não buscam evidenciar em

suas demonstrações os ativos com um grau de detalhamento elevado, restringindo em colocar os valores em grupos fechados, não explicando a sua origem, como a norma exige.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da dificuldade de avaliação dos ativos intangíveis, a ânsia dos usuários externos por maior transparência nas informações contábeis das empresas age como propulsor desta ideia, afim de que estas informações os auxiliem na tomada de decisão, seja gerencial ou para uso de investidores externos.

Clubes de futebol são empresas que movimentam grandes valores tanto referentes a transações de jogadores - ativos intangíveis, como receitas provenientes da venda do direito de uso da marca ou de um jogador. Por isso, é de suma importância que as demonstrações contábeis dessas empresas, que trabalham com ativos tão particulares, como os seus atletas, devem mensurar de forma adequada seus ativos, a fim de proporcionar aos usuários de suas demonstrações contábeis uma fonte segura de informações, para que essas entidades tenham um bom processo de gestão e tenham sua continuidade garantida, para o bem de todos os sócios e torcedores.

Porém, não é isso que ocorre, vemos que a entidade segue apenas em parte a norma vigente, e no que não é especificado com precisão, os critérios se tornam subjetivos, onde cada clube aplica o seu próprio entendimento, mostrando que ainda há disparidade entre as entidades. Os atletas são avaliados seguindo a norma, através dos custos, no caso do atleta formado internamente e pelo custo de transação, no caso de atleta adquirido. Hendriksen e Van Breda (1999) afirmam que os contadores têm preferido usar artifícios externos à legislação contábil, como a teoria dos custos da transação, para avaliar intangíveis, em função de uma maior precisão presumida. Porém, destaca-se que o valor de custo pode não representar o valor real do atleta, visto que os custos muitas vezes são bem menores que o valor do atleta e, por consequência, seu valor no ativo não pode ser mensurado fielmente.

A norma exige que sejam feita de forma detalhada registros auxiliares para maior controle dos atletas formados internamente, porém o clube não evidencia tais informações, somente a nível interno. É preciso que os sócios dos clubes exijam que seus gestores evidenciem as práticas que estão sendo adotadas, para uma melhor gestão, onde os gestores não busquem apenas um bom desempenho a curto prazo, que dure apenas o período de sua gestão, mas que se preocupem com o longo prazo, pois muitas vezes os clubes passam por

altos e baixos e assumem despesas elevadas, sem se preocupar com a continuidade da entidade.

Nesse sentido, percebemos que o Grêmio está ciente das normas, mas não demonstra interesse em abrir suas informações nas demonstrações contábeis, por se tratar de informação interna do clube, e que a gestão é feita de forma amadora, não se preocupando em evidenciar em um maior grau de detalhamento as informações sobre os seus ativos intangíveis, de forma acessível para todos os interessados.

ABSTRACT

This article deals with intangible assets, the growth of its importance in the current scenario and its acknowledgment in the financial reports of entities in the search for greater transparency in information. For this, we show what the current legislation and the Committee for Accounting Pronouncements defined as intangible assets, and the criteria for recognition and measurement. We bring an example of a sports entity, the entity that has its value consists of athletes, human resource - intangible. With this example, we are going to show how the organization has been demonstrated its intangible assets in the financial reports and whether they are indeed in accordance with the standards.

Key-Words: Intangible assets, acknowledge, human resource, athletes.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Maria Thereza Pompa; LEITE, Rafael Soares; GUERRA, Luiz Francisco. Divulgação das informações sobre ativos intangíveis e sua utilidade para avaliação de investimentos: um estudo exploratório baseado na percepção dos analistas de investimentos. 4º Congresso USP: Iniciação Científica em Contabilidade. Julho, 2007. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos72007/330.pdf>>. Acesso em: 10 junho de 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BASTOS, Paulo Sérgio Siqueira; PEREIRA, Roberto Miguel; TOSTES, Fernando Pereira. A evidenciação contábil do ativo intangível – atletas – dos clubes de futebol. Disponível em: <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos62006/64.pdf>>. Acesso em 16 junho de 2010.

BRASIL. Lei nº 11.638/07. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm>. Acesso em: 20 junho de 2010.

CASUAL AUDITORES INDEPENDENTES. Resultado dos clubes Exercício 2008. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/pdf/6886656.pdf>> Acesso em: 10 de outubro de 2010.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. Ranking Nacional dos Clubes. Disponível em: <http://www.cbf.com.br/ranking/ranking_n.pdf> Acesso em: 10 de novembro de 2010.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino., SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COELHO, Cláudio Ulysses Ferreira., LINS, Luiz dos Santos. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

COLAUTO, Romualdo Douglas; NASCIMENTO, Paulo Savaget; AVELINO, Bruna Camargos; BISPO, Oscar Neto Almeida. Evidenciação de ativos intangíveis não adquiridos nos relatórios da administração das companhias listadas nos níveis de governança corporativa da Bovespa. Revista Contabilidade Vista e Revista. Belo Horizonte, v.20, n.1, p. 142-169, jan./mar. 2009.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 04. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC_04.pdf>. Acesso em: 20 junho de 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade/Conselho Federal de Contabilidade. 2. ed. Brasília: CFC, 2005. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br/uparq/livro-nbc-gerais.pdf>> . Acesso em: 22 junho de 2010.

CUSTÓDIO, Ricardo dos Santos; REZENDE, Amaury José. A evidenciação dos direitos federativos nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros. 9º Congresso USP: Iniciação Científica em Contabilidade. Julho, 2009. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos92009/219.pdf>>. Acesso em: 10 de outubro, 2010.

CRUZ, Sérgio Nuno da Silva Ravara Almeida; SANTOS, Luís Lima, AZEVEDO, Graça Maria do Carmo. Valorização do direito desportivo resultante da formação. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade. Brasília, v. 4, n. 1, art 4, p. 60-83, jan/abr, 2010. Disponível em: <<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/148/70>> Acesso em: 10 de agosto de 2020.

FUTEBOL FINANCE. A evolução de receitas do mercado brasileiro. Disponível em: <<http://www.futebolfinance.com/a-evolucao-de-receitas-do-mercado-brasileiro>>. Acesso em: 25 de junho, 2010.

FUTEBOL FINANCE. O número de sócios dos clubes 2009. Disponível em: <<http://www.futebolfinance.com/o-numero-de-socios-dos-clubes-2009>> Acesso em: 10 de novembro, 2010.

GRÊMIO FOOT-BALL PORTO ALEGRENSE. Demonstrações Patrimoniais em 31 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://www.Grêmio.net/downloads/balanco2009.pdf>> Acesso em: 25 de março, 2010.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. Teoria da Contabilidade. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente. 5. ed. São Paulo : Atlas, 1999.

NIYAMA, Jorge Katsumi. Contabilidade internacional. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2008

RAUPP, Fabiano Maury., BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, Ilse Maria. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

REZENDE, Amaury José; DALMÁCIO, Flávia Zóboli; SALGADO, André Luiz. Nível de disclosure das atividades operacionais, econômicas e financeiras dos clubes brasileiros. Revista Contabilidade, Gestão e Governança. Brasília, v. 13, n. 2, p. 36-50, mai/ago, 2010. Disponível em: <http://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/viewDownloadInterstitial/282/pdf_135> Acesso em: 27 outubro de 2010.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. Avaliação de ativos intangíveis. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. História do pensamento contábil. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TEIXEIRA, Higor de Medeiros; NIYAMA, Jorge Katsumi. Evidenciação contábil em entidades desportivas: uma análise dos clubes de futebol brasileiros. 6º Congresso USP: Iniciação científica em contabilidade. Julho, 2009. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos92009/305.pdf>>. Acesso em: 16 junho de 2010.

SILVEIRA, Franciéli Norma da Silva; ENSSLIN, Sandra Rolim; REINA, Donizete; ROVER, Suliani. Operacionalização de métodos de mensuração de ativos intangíveis em uma empresa do setor elétrico. 6º Congresso USP: Iniciação científica em contabilidade. Julho, 2009. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos92009/13.pdf>>. Acesso em: 20 junho de 2010.